

# MÍDIA E MST EM DEBATE: CONFIGURANDO UMA POSSIBILIDADE DE SÍNTESE

Eduardo Raymundo de Lima Gonçalves – Faculdade Ruy Barbosa – Salvador/Ba.  
[eduardo.rlg@hotmail.com](mailto:eduardo.rlg@hotmail.com)

## 1 MÍDIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A discussão em torno do tema é recente e não há ainda produções locais específicas que tratem do assunto de forma abrangente. Pode-se, sem dúvida, consultar trabalhos que analisam a relação entre Mídia e MST ou a utilização dos aparatos midiáticos pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), para citar dois exemplos paradigmáticos.

Neveu (1999), sociólogo francês dedicado ao estudo do tema, critica tanto a perspectiva européia da teoria dos “Novos Movimentos Sociais”, por ter focalizado a atenção mais nas questões relativas a valores, às identidades coletivas dos grupos mobilizados, à natureza das reivindicações e menos em relação à mídia ou aos poderes públicos; quanto a teoria americana da mobilização de recursos, por concentrar a discussão a partir das condições estruturais de possibilidade de mobilização. Assim, ambas as correntes teóricas desconsideram a importância da relação mídia/movimentos sociais.

Segundo Neveu, é necessário que as pesquisas sobre a relação mídia e movimentos sociais sejam realizadas partir do que ele denomina de “sistema de interdependências fluídas”, ou seja, a partir de múltiplos aspectos interativos. Pois, deste modo, seria possível identificar com nitidez fatores preponderantes como: a correlação entre jornalistas identificados com a luta social e os que se posicionam contra os movimentos<sup>1</sup>; a rede de protagonistas; a territorialização dos processos de mediatização; e a rede de operadores.

Para Gohn (2000), é necessário entender a mídia como uma das principais estratégias de construção de ações coletivas dos movimentos sociais. Entrando no mundo virtual, as lutas sociais se potencializam e passam a atuar em redes que ultrapassam as fronteiras locais e nacionais. A autora adverte que a mídia tem retratado os movimentos segundo certos parâmetros ideológicos, sob os quais os interesses políticos e econômicos formatam as considerações e as análises que configuram o processo em que a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento.

É importante salientar, no entanto, que a relação mídia e movimentos sociais é marcada pela ambigüidade. De um lado os movimentos precisam da presença da mídia para serem noticiados, a fim de divulgarem suas reivindicações e até mesmo suas plataformas de luta. Por outro lado, como destaca Câmara (2003), os movimentos sabem que a imprensa tem o monopólio da informação e o exerce no processo de fabricação da notícia, e a sua veiculação poderá contribuir tanto para conquistar novas simpatias, como para se estabelecer exatamente o contrário, ou seja, a aversão da população.

Neste sentido, cabe registrar também a observação feita por Arbex Júnior (2006: 149) de que o jornalismo moderno brasileiro, desde a sua origem, sempre foi marcado “por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares”. Ele cita a revolta de Canudos no interior da Bahia, liderada por Antônio Conselheiro, como “o primeiro grande evento nacional para cuja cobertura foram enviados correspondentes dos grandes jornais da época”.

---

<sup>1</sup> Na França há uma particularidade no jornalismo diário. Há décadas se pratica o jornalismo social, dedicando uma seção à divulgação de fatos relativos às questões cotidianas de comunidades e grupos sociais.

Sem dúvida, ampliar a discussão em torno do embate mídia e movimentos sociais possibilitará aos estudiosos afins uma melhor compreensão da dinâmica interna desta relação marcada por contradições e ambigüidades. Parece ficar claro que a mídia, apesar de exercer um papel fundamental na manutenção da ordem vigente, possui importância na própria constituição dos movimentos, ao tempo em que os movimentos buscam se afirmar contrapondo-se ao estabelecido e, paradoxalmente, tornando-se visíveis pelas lentes e letras midiáticas.

## 2 O MST NA (DA) ISTOÉ

O trabalho de pesquisa foi realizado junto à Biblioteca Central do Estado da Bahia, em Salvador, sendo analisado o universo total de matérias produzido pela revista ISTOÉ entre janeiro de 2001 e dezembro de 2006. O período foi assim delimitado com o intuito de observar o desenvolvimento discursivo do semanário a respeito do MST nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e na primeira gestão do governo Luís Inácio Lula da Silva. Na avaliação dos dados pesquisados, trabalhamos com a análise de conteúdo e com a análise pragmática da comunicação social, definindo-se categorias básicas encontradas no discurso da mídia e nas técnicas de produção deste discurso. Buscamos empreender uma análise de cunho abrangente dos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos do discurso jornalístico, veiculado pela ISTOÉ, a respeito do Movimento Sem Terra.

A revista ISTOÉ surge em maio de 1976 por iniciativa de Domingo Alzugaray e dos irmãos Luís e Demétrio Carta (Mino Carta). Editada inicialmente pela Encontro Editorial, tinha periodicidade mensal. A partir da décima edição (março de 1977) e sob a responsabilidade da Editora Três, a ISTOÉ tornou-se semanal e trazia matérias econômicas, entrevistas, notícias internacionais, cultura e análises de comportamento. Segundo a Redação da Editora Três (2006: 2), por identificar os autores de seus textos, a ISTOÉ tornou-se “o primeiro semanário de autor do Brasil”.

No início de 1980 deixa de ser propriedade da Editora Três, passa a ser exclusivamente de Mino Carta, que se encontrava à frente da Caminho Editorial. Contudo, em função de problemas com a censura, Mino Carta deixa a chefia da redação em maio de 1981 e, logo depois, transfere a propriedade da ISTOÉ para Luís Fernando Levy do jornal Gazeta Mercantil. Em julho de 1988, a Editora Três recupera a marca ISTOÉ e realiza a fusão com a já estabelecida SENHOR, surgindo então a revista ISTOÉ SENHOR. Em abril de 1992, a Editora Três exclui o nome SENHOR e o semanário volta a ser somente ISTOÉ, tornando-se sua principal revista. A partir da edição de 17 de abril de 1996, a ISTOÉ torna-se também *on line*. Desde então, fica disponibilizado na *web* todo o conteúdo da revista impressa, com acesso livre. Em janeiro de 2006, a Editora Três (agora denominada Três Editorial) estabelece uma parceria com a multinacional *AOL Time Warner Inc* e parte da revista americana *Time* (traduzida para o português) é incorporada semanalmente à edição da revista ISTOÉ. Neste momento, sofre uma reformulação gráfica e passam a prevalecer textos mais curtos com menor profundidade de análise.

Conforme dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), durante o período pesquisado o semanário ocupou a terceira posição em número de tiragem, sendo precedido por suas concorrentes diretas, as revistas VEJA e ÉPOCA. Analisando a Tabela 1 observamos que, enquanto a VEJA obteve no período pesquisado uma média de 1 235 000 exemplares semanais, a ÉPOCA alcançou uma média de 506 000 exemplares publicados por semana e a ISTOÉ teve uma tiragem média semanal de aproximadamente 431 000 exemplares.

**Tabela 1 – Média de tiragem semanal das revistas VEJA, ÉPOCA e ISTOÉ.**

TIRAGEM POR ANO (um.)							
REVISTAS/ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Média
<b>VEJA</b>	1 274 920	1 252 800	1 217 660	1 219 200	1 227 930	1 217 820	1 235 055
<b>ÉPOCA</b>	535 086	498 765	491 130	493 801	508 613	507 335	505 788
<b>ISTOÉ</b>	442 059	429 060	417 118	447 498	444 775	407 702	431 369

Fonte: IVC, 2007.

A partir dos dados levantados, constatou-se que o MST aparece na ISTOÉ quase sempre de forma indireta. Em todo o material pesquisado - o que perfaz um total de 310 edições - só houve apenas seis reportagens que trataram diretamente do tema MST. De fato, ocorreram neste período 107 referências<sup>2</sup> ao Movimento (cf. Tabela 2), sendo 10 referências e nenhuma capa, reportagem ou entrevista em 2001; 24 referências em 2002, incluindo uma nota de capa, uma reportagem e uma entrevista com João Pedro Stédile, membro da direção nacional do MST; 40 referências em 2003, com duas notas de capa, três reportagens, uma entrevista com Diolinda Alves de Souza, líder no Pontal do Paranapanema; oito referências em 2004 e nenhuma capa, reportagem ou entrevista; oito referências em 2005, incluindo uma reportagem; e 17 referências em 2006, com uma citação de capa e uma reportagem.

**Tabela 2 - Comparativo do número de citações do MST entre Folha de São Paulo, VEJA e ISTOÉ.**

Quadro comparativo: quantidade de citações do MST por ano							
Periódicos/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total
<b>Folha SP<sup>3</sup></b>	668	714	1.218	803	648	444	4 495
<b>VEJA<sup>4</sup></b>	24	35	68	40	19	41	227
<b>ISTOÉ</b>	10	24	40	08	08	17	107

Já as ações do MST durante os anos de 2001 e 2006 são bastante significativas. Mesmo a revista VEJA que também adota, entre outras, a estratégia do silêncio para com os movimentos sociais, fez um total de 227 referências entre 2001 e 2006, ou seja, mais que o dobro de referências feitas pela ISTOÉ. Com relação à Folha de São Paulo, apesar de ser um periódico diário, a distância entre os números é considerável, ocorreram 4 495 referências no mesmo período. Fazendo uma simples operação aritmética de proporcionalidade, obtém-se um fator de 6,52/1 edições da Folha em relação à ISTOÉ. Assim, dividindo a quantidade de referências da Folha por seis e o resultado pelo fator de proporcionalidade, obtém-se uma

<sup>2</sup> Consideramos como referência a aparição de qualquer um dos termos: MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Sem Terra em qualquer seção da revista, considerando cada seção contendo a referência como unidade.

<sup>3</sup> Números levantados a partir do endereço eletrônico: <http://www.folha.uol.com.br>.

<sup>4</sup> Números levantados a partir do endereço eletrônico: <http://www.vejaonline.abril.com.br>.

média anual aproximada de 115 referências ao MST<sup>5</sup>, o que é superior ao total de referências feitas pela ISTOÉ durante todo o período pesquisado (107 referências). Ou seja, a partir da análise dos números constantes da Tabela 2, fica claro que não interessa à revista ISTOÉ noticiar as ações empreendidas pelo Movimento dos Sem Terra. O que nos faz perceber que o *silêncio* talvez seja a principal estratégia de ação da ISTOÉ para com o MST.

A ISTOÉ, em todo o período pesquisado, manteve-se no processo discursivo de forma semelhante, isto é, privilegiando o silêncio e, quando rompido, tratando o MST quase sempre de forma indireta, utilizando-se predominantemente do discurso de terceiros para tratar do tema. A análise dos dados demonstra que não há diferença de perspectiva na abordagem que a Revista faz sobre o Movimento Sem Terra. Em todo o período pesquisado o MST é representado como um movimento radical e negativo de modo geral.

Constatamos também que, no processo discursivo de enquadramento do MST, destacam-se algumas categorias de análise, tais como: ação associada a terrorismo; promoção da violência e criminalização do Movimento; divisão do Movimento; ilegalidade das ocupações: “invasão”; anacronismo versus modernidade: apologia ao agronegócio; e organicidade entre o MST e o Partido dos Trabalhadores (PT) e posterior tensão entre o MST e o governo Lula. Destaca-se também a constante recorrência ao discurso de autoridade que, contudo, não foi considerado como uma categoria de análise isoladamente pelo fato de perpassar quase todo o processo discursivo aqui investigado.

Apesar da Revista se autodenominar como a mais imparcial do segmento (REDAÇÃO, 2006), os resultados aqui obtidos demonstram o contrário, assemelhando-se às demais mídias pesquisadas pelos diversos estudiosos sobre o tema. Pudemos constatar que a principal estratégia utilizada pela ISTOÉ é o silêncio. Assim como, que a imagem do MST veiculada pela Revista pode ser caracterizada como negativa, estereotipada e folclórica. Ou seja, a partir da leitura da ISTOÉ é possível também constituir uma representação do MST enquanto um movimento sensacionalista, anacrônico, composto por integrantes arruaceiros e baderneiros, que atuam para além dos limites da lei e sob o apelo da violência.

Um outro aspecto também observado diz respeito à ausência, no período pesquisado, de matérias que tratassem dos problemas estruturais ligados ao campo de modo geral. Temas de ordem conjuntural como: a questão agrária brasileira com sua conseqüente concentração fundiária; a realização efetiva da reforma agrária; a agricultura familiar; as conseqüências do crescimento do capitalismo agrário (o agronegócio), entre outros, não foram focos de atenção da ISTOÉ. Com relação ao agronegócio, contudo, observamos matérias afirmativas que enaltecem o seu crescimento como um dos principais pilares para o desenvolvimento da economia brasileira.

### 3 CONFIGURANDO UMA POSSIBILIDADE DE SÍNTESE

Em uma análise do conjunto das obras aqui apresentadas, pode-se concentrar a discussão em torno de dois grupos temáticos principais: no primeiro grupo encontram-se os trabalhos que abordam a relação mídia/MST destacando os aspectos negativos presentes na configuração da imagem midiaticamente veiculada do Movimento Sem Terra. Compõem este grupo os trabalhos de Mendonça (2005); Guareschi e outros (2000); Fontes (2001); Souza (2004); Schwengber (2005); Aldé e Lattman-Weltman (2006); e Arbex Júnior (2006). No segundo grupo localizam-se os trabalhos que tratam dessa abordagem considerando também, além da representação negativa do Movimento (o que parece ser inevitável face ao conflito de classes que se manifesta neste embate), que a divulgação do MST é necessária

<sup>5</sup> A operação é feita da seguinte forma:  $4.495 : 6 = 749,16 \Rightarrow 749,16 : 6,52 = 114,90$ .

para o próprio Movimento. Este grupo seria composto pelos trabalhos de Almeida (1998); Marambaia (2002); Gohn (2000); Berger (1998); e Peixoto (2006). Compreendemos a inserção do nosso trabalho como uma possível contribuição para esse segundo eixo temático.

Na tentativa de estabelecer uma síntese de correlação com os demais trabalhos acima citados, constatamos que a representação do MST na revista ISTOÉ possui características similares aos descritos pelos demais autores em diversos aspectos, o que passaremos a demonstrar.

A descrição negativa e estereotipada referente ao MST em contraposição aos aspectos positivos vinculados à força policial e à ação da justiça constatados por Mendonça (2005) a partir dos jornais Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil; por Guareschi e outros (2000) através dos veículos impresso e radiofônico da Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS); e por Arbex Júnior (2006) a partir da Rede Globo de Televisão, dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e da revista VEJA.

A antipatia por parte do semanário em retratar o MST, a espetacularidade no tratamento da notícia, a parcialidade do enfoque, o patrulhamento ideológico, a descaracterização dos militantes em arruaceiros e baderneiros e a vigilância pedagógica na conjunção de forças políticas à esquerda tal como demonstrado por Fontes (2001) com a revista VEJA. Já dos mecanismos de construção do discurso observados por Souza (2004), também a partir da VEJA, constatamos com a ISTOÉ o silêncio (majoritário), a tentativa de divisão do Movimento e o processo de satanização.

Assim como Schwengber (2005) observou, a partir de dois jornais de significativa circulação no Mato Grosso do Sul, que as notícias veiculadas sobre o MST são pautadas em três grandes conjuntos de valores: os legais (ocupação de propriedade privada, desvio de dinheiro público, porte ilegal de arma e desacato à autoridade), os morais (violentos e baderneiros) e os políticos (aspectos ideológicos, pressão política, organização do movimento). Também é possível construir tal análise a partir da representação do Movimento na ISTOÉ. Contudo, contrário ao observado por Schwengber quando afirma haver primazia do valor legal, não foi detectado no estudo presente distinção entre os valores descritos.

Com Aldé e Lattman-Weltman (2006) que constataram, a partir das notícias produzidas sobre o MST em dois telejornais de cadeia nacional, os enquadramentos dramático e moralista, podemos também observar tais enquadramentos a partir da ISTOÉ, com flutuação entre um e outro momento.

Constatamos também que a luta social faz a mediação; que o poder da mídia é relativo; e que seu discurso é contraditório, pois, ao tempo em que oculta (invertendo ideologicamente os princípios e objetivos do MST) também revela e dá visibilidade (à luta social e à contraditória relação entre mídia, movimento social e Estado), aproximando-nos de Almeida (1998) ao analisar a inserção do MST na Rede Globo de Televisão e de Marambaia (2002) a partir de dois importantes jornais baianos.

Como Gohn (2000), que constrói sua análise a partir dos jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e dos canais de televisão Globo, Bandeirantes, Cultura, Manchete e CNN, também observamos a importância da mídia e as contradições presentes na relação com o Movimento Sem Terra, mas nos afastamos quando a autora destaca a supremacia daquela e afirma constituir-se (a mídia) no quarto poder do Estado.

Aproximamo-nos de Berger (1998) quando constata que a veiculação do MST pelo jornal Zero Hora possui um caráter espetacular e destaca, na produção da noticiabilidade, o significado das relações de poder engendradas por disputas ideológicas que marcam o posicionamento dos respectivos sujeitos dentro do discurso midiático. Contudo, discordamos

da relevância dada à linguagem na produção de sentido, sobrepondo-se à ação concreta do Movimento.

Por fim, com Peixoto (2006) e seu amplo escopo de análise a partir das redes de televisão Record, Globo e Cultura; das revistas VEJA, Época, Carta Capital e Lide; e dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo e Valor Econômico, compreendemos também que a disputa pelo espaço midiático é uma disputa por hegemonia; que contradições e ambigüidades no campo jornalístico podem compensar a desvantagem inicial entre os agentes em disputa; e que o caráter espetacular acaba por definir a ação do Movimento como notícia. Dos grupos argumentativos citados pelo autor, constatamos em nossa análise a presença da democracia; reforma e revolução; tensão no campo e promoção da violência; lei e ordem versus ilegalidade e desordem; movimento organizado versus bando; juízos de valor; e anacronismo versus modernidade.

#### 4 ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

Partimos do pressuposto de que a sociedade capitalista é transpassada pelo conflito de classes. Com Gramsci (1979; 1981), e a partir de Marx, é possível compreender que a ideologia é a concepção de mundo da classe dominante. Também com Gramsci, observamos que a imprensa é um dos principais meios difusores da ideologia. Com esta perspectiva, buscamos analisar o papel que a ideologia possui na construção do discurso jornalístico, uma vez que, a hegemonia da classe dominante compreende a dominação política e a direção ideológica da sociedade.

Acreditamos que a ideologia - numa sociedade em que as indústrias da mídia, em referência a Thompson (1998; 2002), ganham proporções de oligopólios com grande poder de difusão de informação e globalização da comunicação - seja o fio condutor que permeia o avançar das diversas configurações assumidas pelo capital em seu processo histórico de desenvolvimento. O jornalismo, então, reproduz o discurso ideológico necessário para a manutenção do *establishment*. No entanto, compreendemos que este discurso é ambíguo, permeado por interesses antagônicos e, por isso, pode ser útil também aos movimentos sociais.

Podemos afirmar que os meios (de comunicação) não só justificam os fins da ordem capitalista como são instrumentos necessários para a sua manutenção. Compreendemos, assim, que ocorre uma relação conflituosa (antagônica e complementar) entre esses meios e os movimentos sociais, pois apesar da mídia ser contrária às reivindicações e plataformas de luta dos movimentos sociais, estes precisam desta para conquistar visibilidade social. Nas nossas pesquisas deparamo-nos com contradições e ambigüidades que envolvem esta relação, com os riscos dos movimentos em ver suas reivindicações (além de suas práticas sociais, culturais e políticas) deformadas, mas com a necessidade de aparecer nestes meios objetivando a sua ampliação, a divulgação de suas bandeiras de luta, a conquista de apoios políticos, enfim, o compartilhamento da sua luta com outros grupos sociais.

Deste modo, compreendemos também porque o MST busca a espetacularização de suas ações, associada à novidade dos eventos, como pré-condição para ser divulgado pela imprensa. Observamos que as revistas semanais (em particular a ISTOÉ e a VEJA) divulgam o Movimento de forma negativa e deixam brechas ainda menores do que aquelas encontradas em jornais locais e nacionais de grande circulação. Poderíamos até avançar a hipótese de que nas Revistas a linha editorial prevalece sobre todas as reportagens assinadas, enquanto, aparentemente, nos grandes jornais esse monolingüismo é parcialmente quebrado.

Consideramos, por fim, que tanto os estudos aqui analisados quanto a nossa própria pesquisa enfocam a relação mídia e MST, tanto na perspectiva da construção midiática quanto da necessidade do MST em lidar com a sua própria projeção midiática, em um processo marcado por ambigüidades e contradições. O nosso estudo sugere também a possibilidade de novas pesquisas que tratem de outros aspectos correlacionados, tais como: o comportamento do MST (direções e militantes) em relação à mídia e suas estratégias de comunicação; a importância do setor de comunicação nos diversos movimentos sociais para aplicação das suas estratégias de luta; a configuração da opinião pública (mecanismos de construção de “consensos” sociais em relação ao MST); e a relação existente entre os diferentes agentes ao divulgarem notícias sobre as lutas sociais. Portanto, nossa pesquisa situa-se em um elo intermediário para a compreensão desta relação em sua totalidade, aqui apontamos para a unilateralidade da mídia e suas ambigüidades. Seguimos uma linha de investigações já consolidada no âmbito das Ciências Sociais, ela, no entanto, sugere-nos a necessidade de que outras pesquisas tomem também o rumo oposto para avançar na elucidação deste aparente paradoxo entre mídia e movimentos sociais.

## REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *O MST na TV: sublimação do político, moralismo e crônica cotidiana do nosso “estado de natureza”*. Disponível em: <<http://doxa.iuperj.br/artigosMST2.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2006.

ALMEIDA, Jorge. Reforma agrária no ar: o povo na TV, de objeto a sujeito. In: *Universidade e Sociedade*. Brasília, nov.1998.

ARBEX JÚNIOR, José. *Jornalismo canalha: a promíscua relação entre mídia e poder*. São Paulo: Casa Amarela, 2006.

BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: Editora Universitária/UFRGS, 1998.

CÂMARA, Antônio S. Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. In: *Comciência*, n.43, Jun/2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/framereport>>. Acesso em: 28 fev. 2006.

DUARTE, Selma M. *ISTOÉ: os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981)*. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: João Carlos de Souza. Dourados, MS: UFGD, 2007. (MIMEO).

FONTES, Solon S. *O movimento social pela terra e a reforma agrária no Brasil: uma leitura da revista Veja, ao final dos anos 90*. Salvador: FFCH/UFBA, dez. 2001. (MIMEO).

GOHN, Maria G. *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUARESCHI, Pedrinho A. et al. “Essa gentalha infeliz”: a representação social dos sem terra segundo Mendeski. In: GUARESCHI, P.A. (Org.). *Os construtores da informação: meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000. p.199-231.

MARAMBAIA, Hudson P. *A dinâmica do MST na grande imprensa: uma arquitetura de significados*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Orientador: Antônio da Silva Câmara. Salvador: FFCH/UFBA, 2002. (MIMEO).

MENDONÇA, Maísa. *O MST na mídia*. Biblioteca mídia e movimentos sociais. Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 04 jun. 2005.

NEVEU, Erik. Médias, mouvements sociaux et espaces publics. In: NEVEU, E. (Org.). *Médias et mouvements sociaux*. Paris: Hermès Science Publications, 1999, p.12-88.

PEIXOTO, Ovídio M. *MST, mídia e inclusão social*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Orientadora: Liv Sovik. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ, 2006. (MIMEO).

REDAÇÃO da Editora Três. *A história da ISTOÉ*. São Paulo, 2006. (MIMEO).

SOUZA, Eduardo F. *Do silêncio à satanização: o discurso de Veja e o MST*. São Paulo: Annablume, 2004.

SCHWENGBER, Isabela F. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. Dissertação (Mestrado em História). Orientador: Damião Duque de Farias. Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2005. (MIMEO).

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.